



200



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO,**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180432-8**

**COMARCA** : Glória de Goitá – Vara única

**APELANTES** : Aluizio Alfredo Neto e OUTRO

**APELADOS** : Ministério Público do Estado de Pernambuco e  
OUTRO

**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

**EMENTA:**

5711  
PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PRELIMINAR DE NULIDADE SUSCITADA PELA DEFESA. TESTEMUNHAS SEM CLÁUSULA DE IMPRESCINDIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGAMENTO SUSCITADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DIVERGÊNCIA ENTRE A VONTADE DOS JURADOS E A SENTENÇA. OCORRÊNCIA. PRELIMINAR ACOLHIDA. DECISÃO UNÂNIME.

**I** – A ausência das testemunhas da defesa na sessão plenária do Júri, não configura, por si só, violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ensejando a nulidade do julgamento, quando do referido arrolamento não constar declaração expressa de imprescindibilidade do depoimentos das prefalladas testemunhas, ex vi do disposto no art.461, do CPP, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.689/2008.

**II** – Enseja nulidade, e conseqüentemente, novo julgamento, quando evidente a vontade dos jurados em aceitar a tese de legítima defesa, ao responderem afirmativamente ao 3º quesito, julga



201



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

o magistrado prejudicado os quesitos subseqüentes, relativos à legítima defesa.

**III** – Preliminar suscitada pela defesa rejeitada. Decisão unânime.

**II** – Questão prefacial suscitada pelo *Parquet* acolhida à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0180432-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa suscitada pelo acusado, e, acolher a preliminar suscitada pelo Ministério Público, anulando o julgamento do Tribunal do Júri**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 40 de maio de 2010.

**Presidente**

**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora**



202



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180432-8**

**COMARCA** : Glória de Goitá – Vara única

**APELANTE** : Aluizio Alfredo Neto e ~~OUTRO~~

**APELADOS** : Ministério Público do Estado de Pernambuco e  
**OUTRO**

**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

## **RELATÓRIO**

**ALUIZIO ALFREDO NETO** foi denunciado (fls. 02/03) como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I, II e IV<sup>1</sup>, todos do Código Penal, acusado de, utilizando-se de uma arma de fogo, após cometer um atropelamento intencional, descer de seu veículo, efetuando disparos na pessoa CÍCERO DE SOUZA DA SILVA, ocasionando-lhe a morte, conforme laudo tanatoscópico de fls.10, fato este ocorrido no dia 23 de janeiro de 1997, por volta das 10:00 horas, no Sítio Tapera de Santa Maria, município de Glória de Goitá/PE.

Pronunciado nos termos da exordial (fls. 222), e submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, o acusado foi condenado por infração ao art. 121, § 1º, inciso IV do Estatuto Punitivo, à pena definitiva de 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão, conforme sentença de fls. 303/305.

Inconformado, o acusado **Aluizio Alfredo Neto** apelou da decisão em plenário (fls.308) oferecendo as razões de fls.314/317 alegando, em sede de preliminar, a nulidade do julgamento ao argumento de que por ocasião do julgamento não houve observância

<sup>1</sup> Art. 121 - Matar alguém: (...)

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil; (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.



203.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

aos princípios do contraditório e da ampla defesa, visto que a Juíza Presidente não procedeu ao adiamento da sessão do Tribunal do Júri, ante a ausência das testemunhas indicadas pela defesa, e no mérito, que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, porquanto não reconheceram a tese da legítima defesa, requerendo a anulação da decisão para que o apelante seja submetido a novo julgamento.

Insurge-se, ainda, contra a pena aplicada, afirmando ser ela exacerbada, vez que a MM Juíza de Direito não considerou ser o acusado primário, de bons antecedentes e que agiu em legítima defesa putativa.

O representante do Ministério Público, também apresentou tempestivo apelo da decisão (fls. 318-A), nos termos do art. 593, inciso III, alínea "c"<sup>2</sup> do CPP, oferecendo suas razões recursais às fls. 343/349, alegando, em sede preliminar, a nulidade do julgamento por defeito na quesitação, argumentando que, ao responderem o 3º quesito, o conselho de sentença aceitou a principal tese da defesa, qual seja, a da legítima defesa, havendo a MM Juíza, logo em seguida, prejudicado as respostas dos quesitos de números 04 a 09 e avançado para o 10º (décimo), ocasião em que o referido Conselho respondeu afirmativamente, desta feita aceitando a tese de homicídio privilegiado, tese alternativa, também apresentada pela defesa do acusado, e no mérito, que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos. Subsidiariamente, se insurge contra o *quantum* da pena, alegando que a mesma teria sido aplicada de maneira exacerbada.

O *Parquet* de 1º grau ofereceu contrarrazões às fls. 350/351, requerendo o provimento de seu recurso posteriormente interposto, pugnando, por fim, pela submissão do acusado a novo julgamento.

<sup>2</sup> Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;



204



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

A defesa respondeu ao apelo da acusação, concordando com as razões recursais oferecidas pelo *parquet*, pugnando pela anulação do julgamento e realização de novo julgamento (fls. 406/407).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva, ofereceu parecer às fls. 418/419, opinando pelo provimento dos recursos.

É o relatório.

Tratando-se de recurso do Ministério Público e da defesa, deve constar da autuação os dois apelantes e não apenas o Ministério Público.

Desse modo, determino que a distribuição corrija a referida omissão.

Após, à douta revisão.

Cumpra-se.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



205



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180432-8**

**COMARCA** : Glória de Goitá – Vara única

**APELANTES** : Aluizio Alfredo Neto e OUTRO

**APELADOS** : Ministério Público do Estado de Pernambuco e OUTRO

**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**VOTO – Preliminar da defesa: Nulidade do julgamento por cerceamento de defesa**

Suscita, o acusado, preliminar de nulidade processual ao argumento de que não houve observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que a Juíza Presidente não adiou a sessão do Tribunal do Júri, em face da ausência da testemunha da defesa arrolada às fls.268/269, pugnando pela anulação do julgamento para que seja submetido a novo júri.

Não merece prosperar a irresignação.

Compulsando os presentes autos, observo que no petítório de fls. 268/269 nenhuma das testemunhas está relacionada com a cláusula de imprescindibilidade para serem ouvidas em plenário.

Ocorre que na forma do art. 461<sup>3</sup>, com redação dada pela lei 11.689/08, do Código de Processo Penal, a ausência de qualquer testemunha não será motivo para o adiamento. Entretanto, se a parte tiver requerido sua intimação, declarando expressamente não prescindir do depoimento e indicando seu paradeiro com antecedência, o juiz pode suspender o trabalho e determinar que o oficial de justiça proceda a sua condução coercitiva, o que não é o caso dos autos.

<sup>3</sup> Art. 461. O julgamento não será adiado se a testemunha deixar de comparecer, salvo se uma das partes tiver requerido a sua intimação por mandado, na oportunidade de que trata o art. 422 deste Código, declarando não prescindir do depoimento e indicando a sua localização.



206



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Como visto, não se há falar em violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que a defesa do acusado arrolou as testemunhas que pretendia ouvir em plenário sem contudo, alegar a imprescindibilidade das mesmas.

Nesse sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal Federal, *verbis*:

**"EMENTA: Habeas Corpus. 2. Homicídio qualificado e destruição de cadáver. Decisão do Júri anulada porque manifestamente contrária à prova dos autos. 3. Não cabe, a esta altura, discutir a motivação da sentença de pronúncia, diante da natureza do decisum. 4. Não há, também, reconhecer cerceamento de defesa, porque não ouvida testemunha residente em comarca diversa, intimada por meio de precatória. Inaplicabilidade do disposto no art. 455, do CPP. Inexistência de alegação da imprescindibilidade do depoimento. 5. Constrangimento de um dos jurados. Alegação adequadamente recusada pelo acórdão local. 6. Habeas corpus indeferido. (HC 81578, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Segunda Turma, julgado em 05/02/2002, DJ 08-03-2002 PP-00054 EMENT VOL-02060-02 PP-00256).**

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, rejeito a presente preliminar.

Recife, 20 de maio de 2010

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



207



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: **0180432-8**

COMARCA : Glória de Goitá – Vara única  
APELANTES : Aluizio Alfredo Neto e OUTRO  
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco e OUTRO  
RELATORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**VOTO – Preliminar do Ministério Público: Nulidade do julgamento em face de erro na quesitação**

Suscita, o representante do Ministério Público, preliminar de nulidade processual ao argumento que, quando da quesitação, o conselho de sentença, ao responder afirmativamente ao 3º quesito, aceitou a principal tese da defesa, qual seja a da legítima defesa, havendo a MM Juíza, logo em seguida, prejudicado as respostas dos quesitos de números 04 a 09 e avançado para o 10º (décimo), ocasião em que o referido Conselho respondeu afirmativamente, desta feita aceitando a tese de homicídio privilegiado, tese alternativa, também apresentada pela defesa do acusado, o que impõe a anulação do julgamento para que o acusado seja submetido a novo júri.

Cuido assistir razão ao Ministério Público.

Com efeito, tendo o Conselho de Sentença respondido afirmativamente, por maioria de votos (5x2), ao 3º quesito, redigido nos seguintes termos: "*O réu **ALUÍSIO ALFREDO NETO conhecido por 'Aluizinho'**, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supôs achar-se diante de uma agressão à sua pessoa?*", ficou evidente a vontade dos jurados em aceitar a tese de legítima defesa.

Não obstante a vontade do Conselho de Sentença, a Juíza Presidente, em evidente equívoco, julgou prejudicados os quesitos subseqüentes, relativos à legítima defesa, acarretando, via de consequência, a nulidade do julgamento.





208

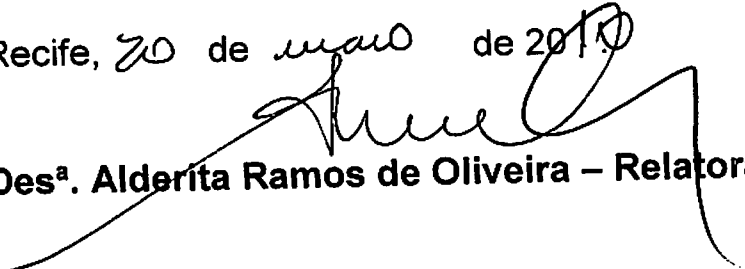


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Isto posto, ante a ocorrência de nulidade absoluta prevista no parágrafo único<sup>4</sup>, do art. 564, do Código de Processo Penal, acolho a presente questão prefacial suscitada pelo Ministério Público, e declaro a nulidade do julgamento do Tribunal do Júri, para que outro seja realizado, ante a ausência de respostas dos jurados no que pertine aos quesitos da tese da legítima defesa, desvirtuando a vontade da Corte Laica.

É como voto

Recife, 20 de maio de 2010

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

<sup>4</sup> Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: (...)  
Parágrafo único. Ocorrerá ainda a nulidade, por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas



209



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

<b>PROCESSO Nº:</b>	<b>0180432-8</b>
<b>COMARCA:</b>	<b>GLÓRIA DO GOITÁ</b>
<b>VARA:</b>	<b>VARA ÚNICA</b>
<b>APELANTES:</b>	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO ALUÍZIO ALFREDO NETO</b>
<b>APELADOS:</b>	<b>ALUÍZIO ALFREDO NETO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>
<b>ADVOGADO:</b>	<b>DR. ERNANDE FRANCISCO DA SILVA FILHO</b>
<b>ÓRGÃO JULGADOR:</b>	<b>TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL</b>
<b>RELATOR</b>	<b>DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA</b>
<b>REVISOR</b>	<b>DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO</b>

**VOTO REVISOR**

**Aluízio Alfredo Neto** foi denunciado e posteriormente pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 1º, c/c o § 2º, inciso IV do mesmo dispositivo do Código Penal<sup>1</sup>, sendo condenado à pena de 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Narra a denúncia que, no dia 23 de janeiro de 1997, o acusado, utilizando-se de uma arma de fogo, após ter cometido um atropelamento intencional, desceu de seu veículo e efetuou disparos contra a vítima Cícero de Souza da Silva, ocasionando-lhe ferimentos tão graves que lhe causaram o óbito.

---

Art 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

**Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

MAZML



210



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**PRELIMINAR DA DEFESA – Nulidade do julgamento por  
cerceamento de defesa**

---

A defesa, inconformada com a decisão, recorreu, alegando, preliminarmente, a nulidade processual, sob a alegação de que não houve a observância dos princípios do contraditório e ampla defesa, visto que a douta juíza presidente não procedeu ao adiamento da sessão do Tribunal do Júri, ante a ausência das testemunhas indicadas pela defesa.

A preliminar suscitada pela defesa não merece acolhimento, visto que o art. 461 do CPP<sup>2</sup> deixa claro que a ausência de testemunha não é motivo para o adiamento do julgamento.

De outra sorte, não há de se falar em violação aos princípios do contraditório e ampla defesa, visto a ausência de alegação de imprescindibilidade de depoimentos.

Destarte, rejeito a preliminar suscitada pela defesa.

Recife, 20 / 05 / 2010.

*Cláudio*  
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Revisor

---

2 Art. 461. O julgamento não será adiado se a testemunha deixar de comparecer, salvo se uma das partes tiver requerido a sua intimação por mandado, na oportunidade de que trata o art. 422 deste Código, declarando não prescindir do depoimento e indicando a sua localização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

211



**PRELIMINAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Nulidade do julgamento em face de erro na quesitação**

---

O Ministério Público apresentou suas razões recursais, pugnando, preliminarmente, a nulidade processual, por entender que houve várias irregularidades a partir de 3º quesito, alegando que, ao responderem tal quesito, o conselho de sentença aceitou a principal tese da defesa, qual seja, legítima defesa, tendo a douta magistrada, logo em seguida, prejudicado as respostas dos quesitos 04 e 09, referentes a esta tese, avançando para o 10º (décimo), o qual era referente ao homicídio privilegiado, ocasião em que o referido conselho respondeu afirmativamente.

Dessa forma, o Ministério Público pretende demonstrar que houve um atropelamento na continuidade dos quesitos complementares para a excludente de ilicitude pretendida em Plenário.

Pois bem, entendo merecer acolhimento a preliminar arguida pelo representante do *paquet*, haja vista que, ao responder afirmativamente ao 3º quesito, qual seja, "*O réu **Aluísio Alfredo Neto**, conhecido por '**Aluizinho**', por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supôs achar-se diante de uma agressão à sua pessoa?*", ficou evidente a vontade dos jurados em aceitar a tese de legítima defesa.

Contudo, apesar de mostrada a vontade do Conselho de Sentença, a douta magistrada presidente julgou prejudicados os quesitos subseqüentes, relativos à legítima defesa, acarretando, evidentemente, a nulidade do julgamento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

212



Destarte acolho a preliminar suscitada pelo Ministério Público, e voto para que seja declarada a nulidade do julgamento do Tribunal do Júri, a fim de que outro seja realizado, ante a ausência de respostas dos jurados pertinente aos quesitos da tese da legítima defesa, restando o mérito prejudicado.

Recife, 20/05/2010.

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
Revisor